

SPE JACUTINGA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

SPE JACUTINGA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

SPE JACUTINGA S.A

**Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)**

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>		<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	231	-	Fornecedores	9	902	-
Aplicações financeiras		-	-	Empréstimos e financiamentos		-	-
Impostos a recuperar		-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-
Adiantamentos recebidos	6	2.107	-	Obrigações tributárias	10	-	-
Total do Circulante		2.338	-	Total do Circulante		902	-
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável				Total do Não Circulante		-	-
Investimentos	7	-	-				
Imobilizado	8	17.203	-				
Total do Não Circulante		17.203	-				
				PATRIMONIO LÍQUIDO	11		
				Capital social		39.742	-
				Capital a Integralizar		(20.910)	-
				Lucro/Prejuízo do Exercício		(193)	-
				Reserva de lucros		-	-
				Reserva de Capital		-	-
						18.639	-
TOTAL DO ATIVO		19.541	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		19.541	-

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPE JACUTINGA S.A**Demonstração do Resultado
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)**

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita Líquida		-	-
(-) Custo dos serviços prestados		(184)	-
Lucro Bruto		(184)	-
Receitas/Despesas Operacionais			
Despesas comerciais		-	-
Despesas gerais e administrativas		-	-
Receitas financeiras	13	0	-
Despesas financeiras	13	(7)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Outras receitas/(despesas)	12	(2)	-
Total das Receitas/Despesas Operacionais		(9)	-
Lucro Antes dos Impostos e Provisões		(193)	-
Impostos sobre o lucro		-	-
Impostos diferidos		-	-
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		(193)	-
Lucro/Prejuízo do exercício, básico e diluído, em Reais		-	-

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPE JACUTINGA SA

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro Líquido do Exercício	(193)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(193)	-
Total do Resultado Abrangente Attribuível a:		
Acionistas da companhia	(193)	-
Não controladores	-	-
	<u>(193)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE JACUTINGA S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social integralizado	Reserva legal	Dividendos Obrigatorios	Reserva para investimentos	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	(193)	(193)
Constituição de Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Integralização de Capital Social	39.742	-	-	-	-	-	39.742
Capital Social a Integralizar	(20.911)	-	-	-	-	-	(20.911)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.831	-	-	-	-	(193)	18.639

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPE JACUTINGA SA**Demonstrações de Fluxo de Caixa
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	(192)	-
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	-	-
Juros e variação cambial	-	-
Provisão (reversão) de contingências	-	-
	<u>(192)</u>	<u>-</u>
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Redução de contas a receber	-	-
(Redução)/aumento de outros ativos	(2.107)	-
Aumento de fornecedores	902	-
Aumento de obrigações trabalhistas e sociais	-	-
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	-	-
Aumento de adiantamentos recebidos	-	-
Aumento de outros passivos	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(1.397)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(17.203)	-
Aportes financeiros em investidas	-	-
Aportes financeiros	-	-
Aplicações financeiras	-	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(17.203)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes Relacionadas	-	-
Integralização de Capital	18.831	-
Dividendos distribuídos	-	-
Aumento/(redução) de dividendos a pagar	-	-
Captação/(amortização) de empréstimos	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>18.831</u>	<u>-</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>231</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	231	-
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>231</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A **SPE JACUTINGA SA**, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, iniciou suas atividades em 22 de janeiro de 2020, encontra-se sediada no Município de Concórdia, SC, Linha São Paulo, S/N, e tem como objeto a geração e comercialização de energia elétrica.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando como base a Lei das sociedades por ações, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais são consistentes com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos

anualmente.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em caixa, depósito bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A sociedade considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor no rendimento pactuado. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e somente registrado se o mesmo for relevante para as demonstrações contábeis.

3.3. Regime de reconhecimento da receita e base de mensuração

O critério adotado para o reconhecimento/apropriação dos ativos e passivos, das receitas e despesas e/ou custos é o regime de competência.

Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na Rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

3.4. Impostos

Impostos correntes

A Companhia é tributada pelo lucro Presumido. A alíquota do IR é de 15% sobre a base tributável, acrescida do adicional de 10% conforme determina a legislação vigente. A alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%.

Impostos sobre prestação de serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020.

patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Contribuição	Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	0,65
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (variável)	5,00

3.5. Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

▪ Classificação - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

3.6. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

A Companhia realizou o cálculo do ajuste a valor presente para os ativos e passivos, não apresentando impactos relevantes para registros no exercício.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes taxas de depreciação anual:

Bens	%
Edificações	4
Alojamentos	4
Equipamentos de informática	20
Equipamentos de comunicação	20
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	20

O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em 5 anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.10. Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa do período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.11. Provisões

Contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Provisões de Impostos e para contingências

Com base em informações da administração, não foram constituídas provisões para contingências, eis que, não há contingências conhecidas ou mensuráveis capazes de fundamentar a contabilização de tais provisões.

3.13. Investimentos

Os investimentos da Companhia em consórcios são registrados com base no método da equivalência patrimonial. A Companhia adota os princípios contábeis conforme determina o pronunciamento contábil CPC 18 e 19 - Negócios em conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em um consórcio é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido do consórcio a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais dos consórcios. Eventual variação em outros resultados abrangentes desses consórcios é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio do consórcio, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

As demonstrações contábeis dos consórcios são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a administração determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento no consórcio.

A administração determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento no consórcio sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do consórcio e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica relativa na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o consórcio, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil do consórcio, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020.

no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mudanças de práticas contábeis

CPC 06 - Arrendamento Mercantil

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Impactos da adoção

Na avaliação realizada pela Administração concluiu-se que as não há impacto relevante, conforme análises realizadas. Sendo que Sociedade não se enquadra na adoção da norma CPC 06 (R2)/IFRS16.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	0	0
Aplicações de liquidez imediata	231	0
	<u>231</u>	<u>0</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a

SPE JACUTINGA SA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020.

compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Adiantamentos Recebidos

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos de Fornecedores	2.107	-
	2.107	-

7. Investimentos

São classificadas nesta conta, os investimentos realizados pela companhia, porém no momento a empresa não possui nenhum investimento.

8. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas a seguir, levando-se em consideração a estimativa de vida útil econômica dos bens e, reduzidos ao seu valor recuperável quanto aplicável. Os custos dos itens do Imobilizado incluem: seu preço de aquisição; custos diretos para colocar o ativo em condições de funcionamento; estimativa inicial de custos e desmontagem, remoção e restauração do local.

A Administração da Companhia determinou a taxa de depreciação a ser reconhecida de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, não existindo valor residual a ser recuperado por meio de venda ou sucateamento ao final de sua vida útil. A conta de imobilizado é composta pelas seguintes subcontas com as respectivas taxas e valores de depreciação:

SPE JACUTINGA SA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Andamento</u>	<u>Total</u>
Custo do imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	17.203	17.203
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	17.203	17.203
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
Valor residual líquido 2019	-	-	-	-	-	-	-
Valor residual líquido 2020	-	-	-	-	-	17.203	17.203

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

9. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores - terceiros	902	-
	<u>902</u>	<u>-</u>

10. Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
PIS/COFINS/CSLL Retidos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 39.742, dividido em 39.742 ações ordinárias nominativas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. O capital integralizado é de R\$ 18.831, pertencentes exclusivamente a Acionista residentes no País.

11.2. Reserva legal

Essa reserva é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em decorrência dos prejuízos acumulados e gerados no exercício, não foi constituída reserva legal no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

11.3. Dividendos

A administração mantém a totalidade do lucro líquido apurado. O ano de 2020 pelo início das atividades societárias e apenas desembolsos de investimentos a sociedade não obteve lucros e por consequência não ocorreu a distribuição dos Dividendos.

12. Despesas Gerais e administrativas

A sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

SPE JACUTINGA SA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas por função		
Despesas Tributárias	(2)	-
	<u>(2)</u>	<u>-</u>

13. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras decorrentes da operação, estão demonstradas da seguinte maneira:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos s/ aplicação	-	-
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(7)	
	<u>(7)</u>	<u>-</u>

14. Instrumentos financeiros

14.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores aos três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

14.2. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do 'hedge' das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

14.3. Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

14.4. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

14.5. Risco de mercado

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

14.6. Valor justo

Em 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Equivalentes de caixa:** está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- **Aplicações financeiras:** são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado;
- **Contas a receber:** são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos;

SPE JACUTINGA SA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020.

- **Valores a receber de partes relacionadas:** são classificados como mensurados aos custos amortizados, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos;
- **Empréstimos:** são classificados como outros passivos financeiros ao custo amortizado, e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis;
- **Valores a pagar a partes relacionadas** são classificados como mensurados ao custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos atribuíveis a transação. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalente de caixa				
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	-	-	-	-
Partes relacionadas - mútuos ativos	-	-	-	-
Fornecedores	902	902	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Partes relacionadas - mútuos passivos	-	-	-	-

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

15. Eventos Subsequentes

SPE JACUTINGA SA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020.

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatada em Wuhan, China. A Organização Mundial da Saúde declarou COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional".

A administração do Grupo em conjunto com suas investidas, elaboraram planos de contingências a fim de minimizar impactos do COVID-19 em seus negócios considerando o cenário de incertezas e instabilidades econômicas.

Concórdia, SC, 31 de dezembro de 2020.

CONTAOESTE CONTABILIDADE S/S
Reg. CRC nº. SC007499/0 CNPJ: 72.259.849/0001-95
Contador Responsável: Arcides de David
CRC/RS-1RS02383305 / CPF: 141.387.009-00

SPE JACUTINGA SA
CNPJ: 36.087.985/0001-81
Diretor Presidente LUCAS MULLER BIESUZ
CPF: 074.875.039-84